

1.

De Teresina a Belo Horizonte: socialização e origens do pensamento liberal de Castellinho

1.1.

Piauí: a herança do atraso

Carlos Castello Branco nasceu no dia 25 de junho de 1920 na cidade de Teresina, Piauí. Filho de uma família de classe média, Castello passou a infância e a adolescência em sua cidade natal, ao lado de seus 8 irmãos. Sua mãe, Dulcilla Santana Castello Branco, era dona de casa. Seu pai, Christino Castello Branco, era advogado, professor e escritor, tendo terminado sua vida como desembargador. Teve também uma passagem pelo jornalismo, como crítico literário. Era um profissional liberal, um homem de classe média. Segundo Castello, Christino nunca exerceu atividade política. Por suas incursões na literatura, foi membro da Academia Piauiense de Letras, ocupando a cadeira que, após sua morte, foi sucedida por filho.

Castellinho lembra que na época de seu pai, “não havia faculdade de Filosofia, não havia escola de Letras, de Sociologia, de Psicologia. A escola de Direito era o núcleo de formação cultural mais conhecido da época, o mais rotineiro” (CASTELLO BRANCO, 1986). Assim, a opção de Christino pelo direito estava diretamente relacionada com a paixão pela literatura e com a valorização de um tipo de formação voltada para o conhecimento e para a cultura. Características que estiveram presentes de forma significativa na vida estudantil do jovem Carlos e que foram importantes para as suas escolhas profissionais posteriores.

As lembranças de Castellinho sobre sua infância e juventude em Teresina remetem a uma pacata cidade de interior. “No meu tempo, os automóveis de praça eram três e pouquíssimos os carros particulares”², relembra o jornalista em uma de suas colunas. Mais tarde, em entrevista concedida a Adriana Zarvos, Castellinho ressalta o caráter tranquilo da vida em Teresina: “tinha muita liberdade, andava muito na rua, tinha muitos amigos. Era uma vida pobre, mas no interior, naquele tempo, a comida era farta” (CASTELLO BRANCO, 1986).

² *Todos cantam sua terra*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 31/08/1975

O Piauí do Castellinho, décadas de 1920 e 30, era um estado rural, em que historicamente “a terra passou a ser o principal elemento de riqueza e também de poder político” (BONFIM e SILVA, 2003:110). Segundo Bonfim e Silva, a sociedade piauiense é marcada por uma “herança de atraso”. A posição geopolítica do estado e as características iniciais de exploração do território propiciaram as condições para um tipo de formação política e social que tem como característica marcante o fechamento do sistema político,

no sentido em que o acesso aos recursos de poder estiveram concentrados nas mãos de alguns poucos, que, a partir do controle à entrada, passaram a exercer a prerrogativa de definir quem, ou quem não, deveria ascender às posições de comando da política estatal (BONFIM e SILVA, 2003:110).

Esse perfil da formação política e social do estado, uma estrutura hierarquizada que tinha a terra como elemento de riqueza e poder político, somado a uma condição de frequente debilidade econômica gerou, ao longo da história, uma forte dependência do Piauí para com o poder central, numa relação de “servidão voluntária” onde as instâncias nacionais funcionam como válvula de escape para o exercício de poder de mando das elites.

Todos esses fatores corroboraram para produzir no estado “uma sociedade cujo destino estruturou-se a partir das possibilidades abertas por suas elites de extraírem recursos da União, de maneira que é o princípio da autoridade e não o do mercado o definidor das características básicas de suas instituições sociais” (BONFIM e SILVA, 2003:111). Nesse cenário, fenômenos como o coronelismo encontraram terreno fértil. Na visão de Castellinho, o estado era, de fato, marcado por esse tipo de prática política, mas a cidade de Teresina guardava uma certa distinção. Por ser a capital onde estava toda a burocracia do estado e os profissionais liberais, a cidade era menos marcada por esse tipo de formação política. “Havia liberdade de opinião”, sentencia Castello como forma de mostrar tal diferença.

Talvez Castellinho tenha frequentado, em sua infância e juventude, um círculo social que de fato mostrava-se culturalmente menos impregnado da “herança do atraso”. A convivência com esses profissionais liberais e com os homens de letras, círculo ao qual seu pai pertencia, marcou a socialização de Castellinho. Em 1934, com apenas 14 anos, o jovem Carlos, que estudava no

Liceu Piauiense, mostrou seu interesse pelo jornalismo e pela literatura, lançando, junto com os colegas Neiva Moreira e Abdias Silva, o jornal *A Mocidade*, com publicações de caráter literário.

Em 1937, Castellinho saiu do Piauí em busca de uma experiência moderna. Ainda que na visão do próprio jornalista Teresina fosse uma cidade menos atrasada que o restante do estado, ela não seria capaz de proporcionar à Castellinho a experiência da modernidade, nem dar ao jornalista a formação profissional que ele desejava, tendo em vista que nem universidade Teresina tinha. O relato de Castello sobre sua saída do Piauí nos sugere que a mudança de sua cidade natal para Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, foi sentida como uma passagem do “atraso” para o “moderno”. “Havia muito empobrecimento no Nordeste (...). Saí do Piauí para Minas, embora meu desejo fosse o Rio; mas Minas não era mais o Nordeste, era o começo do sul maravilha” (CASTELLO BRANCO, 2006:24).

1.2. A experiência da mineiridade

Castellinho encontrou em Minas Gerais o “começo do sul maravilha”. Foi estudar em Belo Horizonte, cidade que completava, àquela altura, 40 anos de vida e abrigava importantes intelectuais, escritores e jornalistas, sem contar com os que de lá já haviam saído para fazer carreira no Rio de Janeiro, como, por exemplo, o poeta Carlos Drummond de Andrade. Algumas considerações históricas sobre Belo Horizonte podem ajudar a traçar o ambiente cultural, social e político vivido por Castello do final da década de 1930 até meados dos anos 1940.

Belo Horizonte foi uma cidade planejada para atender demandas políticas e sociais de seu estado. Criada na última década do século XIX para ser a nova capital de Minas Gerais, a cidade, do ponto de vista arquitetônico, já nasceu moderna, com suas avenidas largas e tudo o que havia de mais avançado em termos urbanísticos. Segundo Helena Bomeny (1994), é preciso considerar a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte como elemento de legitimidade do projeto de modernização do estado e de preparação para os novos tempos republicanos. É importante ressaltar também que essa mudança cumpriu

um papel de unificação política das elites mineiras, que, até então, viviam em constante conflito. A necessidade de união política está relacionada com a crescente fragilidade econômica do estado de Minas. Na ausência de uma economia forte que pudesse lançar o estado a uma posição de importância no cenário político nacional, a unificação interna constituiu-se fator decisivo para que Minas se tornasse um estado relevante com forte influência e capacidade de barganha junto ao poder central. Nesse contexto a mudança de capital cumpriu papel primordial. Belo Horizonte “nasce com uma dupla função: constituir-se no centro político unificador de um estado marcado, no século XIX, pelo espectro do separatismo e, simultaneamente, ser o centro intelectual de onde se irradia, como capital, o caldo cultural destinado a ser a síntese de toda uma região” (BOMENY, 1994:41).

Durante a República Velha, o trunfo político de Minas parecia estar justamente nessa capacidade de coesão interna, ainda que marcada por conflitos, para lidar com a política nacional e com o poder central. Bernardo Mata-Machado (1987) observa a unificação da política mineira em torno do Partido Republicano Mineiro (PRM) e afirma que “esta parece ter sido, efetivamente, a grande cartada política da elite mineira: unificar para sobreviver” (MATA-MACHADO, 1987:98). Tal unificação política permitiu, por exemplo, que Minas tivesse, durante as primeiras décadas da República, a maior bancada política da Federação, o que explica em boa medida a força e a relevância do estado no cenário nacional.

Para Bomeny, o processo de unificação foi de certo modo responsável pela criação da ideologia da mineiridade. A ideia da união e coesão interna e a necessidade de representação desse ideário no contexto nacional parece mesmo ter influenciado a construção de uma autoimagem dos políticos e intelectuais mineiros, que frequentemente atribuem ao povo mineiro características de moderação, equilíbrio e capacidade de conciliação, valorizando, por um lado, a união política interna, e, por outro, a posição de centralidade geográfica do estado em relação ao país. Segundo Mata-Machado, a centralidade constitui, para esses intelectuais, um fator de extrema importância não só do ponto de vista geopolítico, como também do ponto de vista social, cultural e até psicológico. Alceu Amoroso Lima (2000), ícone intelectual mineiro, afirma que “Minas é, de

certo modo, o centro sociológico do Brasil” (AMOROSO LIMA, 2000:25). Outros intelectuais, como Afonso Arinos de Mello Franco, Milton Campos e Sylvio de Vasconcelos tratam da questão da centralidade, geralmente utilizando-a para traçar e explicar determinadas características do povo mineiro.

A centralidade explicaria, por exemplo, as características de moderação e equilíbrio, atributos que seriam de extrema relevância do ponto de vista de sua função política. Amoroso Lima é taxativo ao dizer que “o mineiro é o tipo humano mais representativo de um fenômeno de equilíbrio e superação entre os extremos” (AMOROSO LIMA, 2000:26). Para Milton Campos (1957), o equilíbrio é “o traço característico da índole mineira e que é, ao mesmo tempo, sua glória e seu drama. Porque o equilíbrio exige esforço excepcional, em contraste com as facilidades dos ímpetos, dos impulsos, das posturas despreocupadas” (CAMPOS, 1972 [1957]:103). Fica claro que a característica do equilíbrio é traçada por esses intelectuais como uma virtude. Tal virtude seria decisiva na capacidade dos mineiros de influírem na política nacional cumprindo um papel de mediação e conciliação, tão necessário em momentos de conflito.

Ainda na visão desses intelectuais, pode-se dizer que a posição central fez com que Minas se transformasse em terreno favorável para união do Brasil arcaico e do Brasil moderno, fazendo do Estado e seu povo um retrato fiel da nacionalidade, a melhor expressão do que poderíamos chamar de brasilidade. Tais ideias resultam em uma valorização do caráter nacionalista do povo mineiro, o que politicamente poderia conferir importância e legitimidade ao estado. Segundo Mata-Machado, Afonso Arinos ressaltou o “caráter exclusivamente brasileiro da formação mineira” e Sylvio de Vasconcelos destacou a importância política do espírito nacionalista mineiro ao afirmar que “despreocupadas de interesses regionalistas, inclinadas a teoria e abstrações idealísticas, atentas mais aos interesses nacionais considerados em globo, as Minas sempre constituíram o ponto de apoio decisivo do poder civil nacional” (MATA-MACHADO, 1987:93).

Outras características da mineiridade podem ser destacadas: o sentido de realidade, a predominância da razão sobre a paixão, a ideia de permanência e continuidade, o universalismo. Todos esses fatores são sistematizados por Amoroso Lima, conformando um discurso que está presente em diversos estudos

e relatos posteriores sobre o povo mineiro. Suas categorias fundamentais – compensação, equilíbrio e moderação – são utilizadas também por Milton Campos, Afonso Arinos e Sylvio de Vasconcelos, entre outros.

Amoroso Lima “transforma a mineiridade em discurso ideológico. Justifica um jeito de ser e reclama um lugar político no qual esse jeito desempenharia missão salvacionista” (BOMENY, 1994:21). Sua concepção de mineiridade remete a uma visão clássica, de valorização da tradição. “A positividade que Amoroso Lima atribui ao clássico fundamenta-se precisamente na função que este desempenha de contendor do fluxo de modernidade. É através do clássico que se enfrentam os perigos do progresso” (BOMENY, 1994:21). Ou seja, o clássico, presente na mineiridade, teria uma função controladora de excessos. Mais uma vez a virtude da moderação e do equilíbrio, características que na política assumem a ideia recorrente de conciliação.

Tanto Bomeny como Mata-Machado procuram relativizar e criticar tais visões sobre a mineiridade, chamando atenção para a generalização que esses intelectuais fazem acerca do “povo mineiro” e para o caráter ideológico de suas formulações. Observam a mineiridade como a construção de uma autoimagem através da qual as elites mineiras recolheriam benefícios. Para a autora, “a mineiridade seria a fórmula a que se chegou como arranjo momentâneo e conciliatório de um confronto, este sim, permanente, provocado pelos contrastes, as divisões dentro de Minas, as disputas entre projetos intelectuais, enfim, os dilaceramentos implicados nos processos de formação de identidade” (BOMENY, 1994:22). Mata-Machado chama atenção para o caráter etnocêntrico das formulações sobre a mineiridade: “dizer que Minas é o centro geográfico do país, por exemplo, é desconhecer a Bacia Amazônica. A ideia de que o mineiro é um tipo étnico autenticamente nacional não tem o menor fundamento” (MATA-MACHADO, 1987:95). Ambos ressaltam as críticas de Octávio Dulci, para quem as definições sobre a personalidade do mineiro desconsiderariam as diferenças de classe, bem como diferenças internas regionais. A ideologia da mineiridade se constituiu em um recurso de poder, com o qual as elites mineiras operam para obter recursos em seu favor.

Apesar das críticas, Mata-Machado concorda que existe, ao menos na elite

política mineira, uma tradição de equilíbrio, moderação e conciliação. Para ele, as trajetórias de alguns políticos mineiros tais como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Teófilo Otoni, marquês do Paraná, Milton Campos, Pedro Aleixo e Tancredo Neves, entre outros, comprovam a existência e permanência dessas características. Sua tese é a de que “nos momentos em que as elites políticas e econômicas nacionais, pressionadas pelos movimentos populares, necessitam unir-se para sustentar a dominação, Minas Gerais torna-se imediatamente o cenário mais indicado para promover o entendimento e a conciliação” (MATA-MACHADO, 1987:95), justamente por aquela experiência de união interna operada como forma de manter a capacidade política de influência no cenário nacional.

De fato, é possível imaginar que a mineiridade, ainda que construída como autoimagem, ideologia ou mito, tenha influenciado o pensamento e o comportamento de intelectuais e políticos mineiros. Com certeza influenciou o nosso personagem principal, que se mostra bastante “mineiro” em seu pensamento político. Nota-se, como veremos nas análises de suas colunas, que Castellinho valoriza, no âmbito da política, as características fundamentais da ideologia da mineiridade: moderação, conciliação, equilíbrio e espírito nacionalista.

Talvez seja possível explicar a influência da mineiridade no pensamento de Castellinho justamente por sua convivência com intelectuais e políticos mineiros no momento inicial de sua formação. O ambiente social e político encontrado por Castellinho em Belo Horizonte marcou sua história de forma importante. Segundo Bomeny, a geração de intelectuais dos anos 1920 e 30 foi de extrema importância para a consolidação e propagação da ideologia da mineiridade. A autora relaciona a mineiridade com dois fenômenos históricos e uma geração de intelectuais: a proclamação da República e a criação da capital Belo Horizonte, que, como vimos, foi importante do ponto de vista da unificação das elites políticas mineiras; e a geração de modernistas mineiros, grupo de intelectuais que “funcionava como tradutor e racionalizador de um conjunto disperso de atributos que a liderança política no final do século imputava aos “mineiros.”” (BOMENY, 1994:16).

Figuras como Carlos Drummond de Andrade, o maior expoente daquele grupo, Afonso Arinos, Emílio Moura, Martins de Almeida, Pedro Nava, Abgar

Renault, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gustavo Capanema, Gabriel Passos, Guilhermino César, Aníbal Machado, Milton Campos, João Alphonsus e Alberto Campos fizeram parte de um grupo que agitava os cafés da famosa rua da Bahia, rua de Belo Horizonte onde estavam as principais livrarias e redações de jornais. Ali estava boa parte da primeira geração de modernistas mineiros, que ficou conhecida em parte por seus projetos literários modernistas e em parte pela integração política ao Estado Nacional dos anos 1930. Quando se “reúnem para pensar seu próprio estado, sua cidade, sua existência como grupo intelectual de periferia, e sobre o Brasil, encontram armazenados na memória política de Minas falas, discursos, depoimentos, articulações políticas e avaliações sobre as possibilidades da região frente à sociedade brasileira” (BOMENY, 1994:16). Uma característica distintiva daquele grupo era o baixo comprometimento com os problemas e temas locais. “Os intelectuais mineiros integravam o movimento modernista, ocupando-se da reflexão sobre ser moderno, construir uma nação, e integrar o Brasil no ‘Concerto das Nações’” (BOMENY, 1994:17). Essa característica, como vimos, é um dos traços da mineiridade: o espírito nacionalista e universalista, a preocupação com o todo, e não só com a sua parte. Traço frequentemente valorizado, como virtude, pelos próprios mineiros e pelos mineiros emprestados, como, por exemplo, Castellinho.

Os intelectuais da rua da Bahia foram essenciais para a constituição de um “projeto civilizador” para a cidade de Belo Horizonte. A cidade, que, como vimos, já nascera moderna do ponto de vista urbanístico, precisava ainda caminhar no sentido da modernização social e cultural. Àquela altura, a Belo Horizonte era ainda uma adolescente, “em processo de definição de identidade” (BOMENY, 1994:17). É interessante observar como o tradicional e o moderno estão presentes no conjunto de elementos que compõe a mineiridade, e fazem parte também do processo de amadurecimento da jovem Belo Horizonte. Aliás, a combinação e convivência de tradição e modernidade é algo comum em processos de modernização, como o que estava em curso. Na visão clássica da mineiridade de Amoroso Lima, aparece o elemento antimoderno de valorização da tradição. Mas aparece também a preocupação com a integração de Minas na era da modernidade. A geração de intelectuais modernistas também parece combinar os elementos de tradição e modernidade. “Passada a revolta, continua a tradição...” é

uma expressão utilizada por Mário de Andrade para definir o feito de sua geração (BOMENY, 1994:114).

Não há dúvida de que a literatura e a cultura tenham sido traços valorizados na formação da identidade Belo Horizontina. A cidade, em processo de modernização, foi se tornando, durante as décadas de 1920 e 30, cada vez mais culta. As lembranças de poetas como Drummond, mineiro, e Mário de Andrade, paulista, remetem a uma cidade intelectualizada, que abrigava, por exemplo, as melhores livrarias do país. Também é notório que a cidade tenha abrigado e exportado diversos pensadores, poetas, governadores e ministros. Mas, como veremos, Belo Horizonte também guardava elementos de tradição e provincianismo, num processo de mudança social sem rupturas bruscas, com incorporação de elementos tradicionais.

A rua da Bahia e seus cafés foram palco para as infindáveis conversas literárias entre aqueles intelectuais, “encontros diários no Café Estrela”, fazendo com o que o grupo ficasse conhecido como o 'grupo do Estrela' (BOMENY, 1994). Humberto Werneck (1992) reconstrói o clima intelectual e boêmio da cidade, a partir das memórias desses pensadores, poetas, jornalistas e políticos. Werneck ressalta a importância da rua da Bahia e de diversos estabelecimentos comerciais como o Bar do Ponto, o café Nova Celeste, e o Café Estrela, ambientes diariamente frequentados pelos intelectuais dos anos 1920 e 30. “Como tudo o mais em Belo Horizonte, a vida daqueles moços se organizava em torno da rua da Bahia” (WERNECK, 1992:43). Bomeny sustenta também que “tudo passava pela rua da Bahia. As transformações urbanas da capital se refletiam ali diretamente” (BOMENY, 1994:60).

É importante destacar também a presença desses intelectuais nas redações de jornais e revistas. Todos se juntaram no *Diário de Minas*, jornal oficial do PRM, “o quartel general do Movimento Modernista” (BOMENY, 1994), como dizia Drummond. Os textos do poeta começaram a ser publicados em 1921, quando o perfil do jornal começou a apresentar mudanças. A partir daí, iniciou-se a “paulatina e sub-reptícia ocupação do *Diário de Minas* pelos modernistas – consumada em 1926, quando Carlos Drummond de Andrade passou de colaborador a funcionário” (WERNECK, 1992:22). Junto com Drummond,

trabalharam na redação do jornal do PRM João Alphonsus, Emílio Moura, Afonso Arinos e Cyro dos Anjos. A redação do jornal também era situada na rua da Bahia e logo se tornou ponto de encontro de escritores e jornalistas.

Mas não era só o *Diário de Minas* que aglomerava em sua redação escritores e intelectuais modernistas. Quase toda essa moderna geração de escritores teve passagem pela imprensa. Sem contar com as publicações de revistas lançadas pelos próprios grupos modernistas, como *A Revista*, *Leite Criolo* e *Verde*. Existia em Belo Horizonte um certo fascínio pela atividade jornalística, o que fez com que diversos jornais fossem lançados num curto espaço de tempo, sem, porém, conseguirem sobreviver. A presença de escritores na imprensa pode ser explicada também pela ausência de editoras na capital desse período. Assim, os jornais eram um meio através do qual os escritores podiam publicar seus projetos literários. É preciso considerar que naquele momento a imprensa, pouco profissionalizada, era ainda um espaço de muita experimentação.

Em que pese o caráter fugaz de boa parte da imprensa mineira, alguns jornais, incluindo o citado *Diário de Minas*, tiveram vida longa e tornaram-se importantes órgãos de imprensa da cidade. Merece destaque o jornal onde Castellinho iniciou sua carreira jornalística, o *Estado de Minas*, criado em 1928 e comprado, em 1929, por Assis Chateaubriand, fundador de um dos mais importantes grupos de comunicação daquela época, os *Diários Associados*. A primeira equipe do jornal era composta por nomes como Milton Campos, Tancredo Neves, Pedro Aleixo, Dario de Almeida Magalhães e José Maria Alkimin. Segundo Glauco Carneiro (1999), o jornal era um dos mais bem organizados da rede *Diários Associados* e também o que tinha a melhor “vanguarda humana”. Por lá passaram também Guilhermino César e Newton Prates, assumindo importantes funções através das quais puderam trazer para o jornal um pouco do modernismo mineiro.

A década de 1930 foi particularmente rica para a imprensa mineira.

O *Estado de Minas* se firmava e puxava o *Diário da Tarde*. A *Folha de Minas*, bem ou mal, iria atravessar três décadas. E outro novato, de fôlego ainda mais largo, *O Diário*, era lançado em 1935, pela Boa Imprensa S.A., empresa por detrás da qual estava a arquidiocese de Belo Horizonte (WERNECK, 1992:96).

Folha de Minas foi o jornal criado por Afonso Arinos, em 1934, quando

ele saiu da direção do *Estado de Minas*, após um desentendimento com Chateaubriand. Em *O Diário* trabalharam Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino. Essa já era a segunda safra da geração de escritores mineiros, com a qual Castellinho conviveu de forma mais próxima.

Como vimos, Castellinho chegou em Minas em 1937 para cursar a faculdade de Direito. Ainda na faculdade, envolveu-se com o jornalismo editando a revista *Projeção*, do Diretório Central de Estudantes. Como editor da revista, o jornalista conseguiu levar Mário de Andrade para duas conferências em Belo Horizonte. Foi nessa época que Castello fez amizade com Otto Lara, Fernando Sabino, Murilo Rubião, entre outros. Nas décadas de 1930 e 40, o clima em Belo Horizonte era ainda marcado pelos encontros intelectuais nos cafés e redações de jornal. Otto Lara, lembra Werneck, retrata o clima da cidade em suas memórias:

quase não dava para distinguir uma redação da outra: a Folha de Minas na rua da Bahia, era pertinho do Diário e também do Estado de Minas. A gente se encontrava nos cafés, nos botequins e nos próprios jornais. Todo mundo via todo mundo, mesmo que não quisesse. Mas não havia incompatibilidades pessoais ou literárias graves (LARA RESENDE por WERNECK, 1992).

Antes mesmo de terminar a faculdade, em 1939, Castellinho começou a trabalhar como repórter policial no *Estado de Minas*. Ali começou uma carreira praticamente toda dedicada ao jornalismo. Até 1943, quando se formou, Castello trabalhava e estudava. Por conta disso, o jornalista não participava das farras boêmias de seus colegas, mas frequentava, geralmente à noite, o café Nova Celeste, principalmente aos domingos. Através das lembranças do próprio Castello podemos perceber como foi marcante a sua experiência mineira e como o jornalista aproveitou da convivência com escritores e intelectuais:

Naquela época a Capital mineira tinha uma população como que estratificada nos 200 mil habitantes, com bom clima, noites maravilhosas de beleza e mistério inesquecivelmente cantadas por Mário de Andrade e uma oferta de conhecimentos que estava nas aulas das suas faculdades, nas prateleiras das livrarias, as melhores do Brasil na época, e o papo com pessoas cordiais, algumas das quais se tornariam nossos melhores amigos ao longo da vida.³

Nessa mesma coluna, escrita por ocasião da vitória de Francelino Pereira, também piauiense, para o governo do estado de Minas, em 1979, Castellinho deixa claro o quão mineiro se sente, e como a experiência em Belo Horizonte foi

³ *Francelino ou viver em Minas*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 15/03/1979

fundamental do ponto de vista do contato com o mundo moderno.

Não percebem os mineiros que mineiros também nos consideramos, Francelino e este repórter, membros de uma leva de nordestinos que ao longo de quatro décadas buscamos em Minas as luzes da sua cultura peculiar, a mais requintada do Brasil.⁴

Nos interessa, particularmente, perceber o que a experiência na capital mineira representou para o jornalista. Ele finaliza essa coluna, que acaba sendo um relato sobre a sua experiência da mineiridade, fazendo um apelo aos mineiros que se mostravam insatisfeitos com o novo governador: “estejam certos de que o Francelino é uma boa pessoa. Levem em conta que viver em Minas enriquece, mas não é fácil”⁵. Nota-se a ênfase que Castellinho dá ao caldo cultural que a cidade lhe proporcionou. O enriquecimento intelectual, através das melhores livrarias, do contato com os amigos escritores e das aulas na faculdade. A ida para Minas representou, na percepção de Castello, o caminho das luzes e do conhecimento.

A experiência em Minas Gerais marcou Castellinho de diversas formas. Do ponto de vista de sua carreira, a permanência por cerca de seis anos no *Estado de Minas* foi fundamental, tanto pela experiência jornalística, como pelos contatos profissionais. O fato de estar em um jornal da rede *Diários Associados*, que possuía órgãos de imprensa em vários estados, abriu muitas portas, não só pela credibilidade da rede como pelos postos que Castellinho ocupou no *Estado de Minas*. Num curto espaço de tempo, o jornalista passou de repórter a secretário de redação, tendo experimentado vários cargos em que pode aprender toda a dinâmica de produção de um jornal diário. Deve-se considerar também que, por fazer parte de uma rede maior, o *Estado de Minas* era um dos jornais mais profissionalizados de Belo Horizonte do ponto de vista empresarial, além de ter visibilidade fora do estado.

Apesar do caráter um tanto o quanto aventureiro da imprensa brasileira nessa época, foi um período em que o jornalismo ganhou impulso e os *Diários Associados* tiveram grande importância nesse processo. Para muitos autores, é ilusório falar em 'empresa jornalística' para se referir à imprensa dos anos 1930. “A fragilidade dessa 'aventura industrial' até a segunda metade do século XX

⁴ *Francelino ou viver em Minas*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 15/03/1979

⁵ Idem

parece inquestionável. A maioria dos diários ainda era essencialmente instrumento político. Pequenos em termos de tiragem e de recursos econômicos, eram influentes em fazer ou desfazer governos” (RIBEIRO, 2007:26). Ainda assim, comparativamente aos outros diários mineiros, o *Estado de Minas* era o mais avançado do ponto de vista da organização do campo jornalístico. Enquanto a maior parte da imprensa adotava ainda um modelo francês de jornalismo, onde a técnica da escrita era bastante próxima da literária, os jornais da rede *Diários Associados*, por iniciativa de Chateaubriand, já davam naquela época demonstrações de certa inspiração no modelo norte-americano de jornalismo, que, além de adotar uma técnica de redação própria, diferente da escrita literária, possuía um alto nível de organização empresarial e desenvolvimento técnico-industrial. Para além da experiência em *O Jornal*, Castellinho assumiu também, em 1944, o cargo de representante mineiro da *Agência Meridional de Notícias*, órgão também pertencente aos *Diários Associados*, dirigido por Carlos Lacerda.

É importante considerar ainda o fato de Castellinho ter iniciado sua vida profissional no período do Estado Novo, de Getúlio Vargas, momento em que imprensa via-se controlada pelo governo, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro, “a historiografia normalmente considera este órgão em seu aspecto de censura e de propaganda político-ideológica, mas sua atuação foi muito mais ampla. Através do DIP, o Estado coibiu os meios de comunicação, colocando-os inteiramente sob sua tutela” (RIBEIRO, 2007:43). O controle não se dava somente através da censura de notícias. Havia controle também sobre o mercado de imprensa e sobre as relações de trabalho.

A censura era feita com a visita diária de um policial federal à redação, que lia todo o jornal e determinava o que poderia ou não ser publicado no dia seguinte. Durante muito tempo, Castellinho era quem recebia o censor no *Estado de Minas*.

A gente sentia muito a presença da ditadura, sobretudo os estudantes e jornalistas. Havia censura prévia. Depois de um ano e tanto a dois anos no jornal, passei a ser o homem que fazia o noticiário de guerra, que tinha começado em 1939. Eu é que fechava o jornal e organizava as matérias finais. Eu titulava, diagramava e mandava para a oficina. Então o censor se sentava na minha mesa, ficava defronte de mim e ia lendo tudo que eu mandava. E vetava. Era proibido mostrar em título a palavra “democracia”, por exemplo. Só aparecia quando eu punha entre aspas, na boca do Churchill e do Roosevelt (CASTELLO BRANCO, 1986).

Além da presença dos censores nos jornais, havia censura feita por telefone e circulavam boletins com assuntos proibidos, tais como acontecimentos que sugerissem descontentamento com o governo, problemas econômicos como inflação e escassez de produtos, e casos de corrupção envolvendo pessoas direta ou indiretamente ligadas ao governo. “Se um órgão não cumprisse as determinações, poderia ser multado, suspenso temporariamente ou mesmo fechado” (RIBEIRO, 2007:44). Os jornais eram obrigados ainda a divulgar as notícias da Agência Nacional. Um pouco antes do fim do Estado Novo, uma entrevista de José Américo de Almeida⁶, concedida a Carlos Lacerda e publicada no *Correio da Manhã*, detonou um processo de suspensão da censura e de enfraquecimento do regime autoritário, que àquela altura já mostrava certa fragilidade política. Na entrevista, que foi repassada para diversos jornais, José Américo fazia duras críticas ao governo mostrando o fracasso da sua gestão administrativa. A repercussão foi enorme e a partir desse momento a imprensa se sentiu fortalecida para não mais aceitar a censura.

No *Estado de Minas*, Castellinho foi quem despachou, cumprindo ordens de Chateaubriand, o policial federal que visitava a redação diariamente.

Quando ele chegou e tirou o chapéu, eu disse: “Ataliba, se você quiser ler o jornal, compre amanhã, porque não vai ler aqui não”. Aí ele olhou para mim, muito calmo, e disse: “Já sei, não tem importância, um dia eu volto” Deve ter voltado mesmo, anos mais tarde (CASTELLO BRANCO, 1986).

A experiência da censura, entre outros fatores, fez com que Castello desenvolvesse certa repulsa a figura de Getúlio e ao tipo de governo que ele representava.

Durante o Estado Novo nós tínhamos a maior antipatia pelo Getúlio e por tudo aquilo que ele representava. A ligação com a gente do Partido Comunista me deixou com um sentimento antifascista. E o Getúlio entrou no Estado Novo na base do integralismo e do fascismo caboclo. Nossa equipe toda tinha uma atitude de reserva e resistência contra o Getúlio, e a polícia do Estado Novo era muito vigilante, muito agressiva (CASTELLO BRANCO, 1986).

O antigetulismo de Castellinho tem raízes na repulsa ao autoritarismo, mas está relacionada também com uma visão crítica em relação ao populismo

⁶ José Américo de Almeida foi ministro do governo Getúlio Vargas no início dos anos 1930. Elegeu-se senador em 1935, tendo sido logo em seguida nomeado ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Em 1937, chegou a lançar candidatura à presidência da República. Com o golpe e a instituição do Estado Novo, voltou ao cargo de ministro do TCU. A essa altura, José Américo já mostrava-se extremamente insatisfeito com os rumos da política de Vargas.

varguista e ao próprio Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A crítica ao populismo talvez seja um elemento importante para compreendermos, mais adiante, a posição negativa de Castello em relação ao governo de João Goulart derrubado pelo movimento militar de 1964. Esse antigetulismo é bastante condizente também com a afinidade do jornalista para com o pensamento de Milton Campos, ponto que será tratado adiante. É ainda um elemento comum entre Castello e Carlos Lacerda. Como veremos, Castellinho foi peça importante, nos anos 1950, na campanha de denúncias da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, contra a *Última Hora*, jornal de Samuel Wainer criado como “pólo de irradiação do pensamento nacionalista, funcionando como um elo de ligação entre Getúlio e a população” (RIBEIRO, 2007:124).

A censura aos jornais não impediu, no entanto, o desenvolvimento do modernismo literário dentro e fora das redações. O foco da censura parecia ser mais político, não afetando tanto a esfera cultural. Em 1944, Castellinho foi responsável, pelo *Estado de Minas*, por receber o poeta Oswald de Andrade que desembarcara na cidade para uma semana de debates na Biblioteca Municipal. O evento, organizado por Juscelino Kubitschek, então prefeito da cidade, foi uma reedição da Semana de Arte Moderna de 1922. A 'semaninha', como foi batizado posteriormente, contou com a presença de artistas e escritores dos dois principais centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo, e agitou a capital mineira, ressaltando o seu caráter moderno.

Como vimos, não é possível sustentar, entretanto, que Belo Horizonte tenha sido somente um símbolo de modernidade. A capital, nos idos da década de 1920, “encarnava ao mesmo tempo a modernidade e a tradição. O atraso e a vanguarda. Emaranhava-se em contradições e paradoxos” (WERNECK, 1992:33). Também Castellinho, na mesma coluna em que ressalta o caráter moderno de sua experiência mineira, fala de um aspecto provinciano da cidade e seu povo. “Enfrentamos a esquivança e a ironia de quem nos recebia com benevolência, mas com a reserva natural do caráter desses montanheses. Não é fácil ser mineiro e mais difícil ainda é obter o consentimento de Minas para que sejamos mineiros”⁷. É perceptível a impressão de que os mineiros são reservados em relação ao que

⁷ *Francelino ou viver em Minas*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 15/03/1979

vem de fora, preservando uma intimidade “no fundo inconquistável”. Amoroso Lima chama atenção para uma característica que pode explicar esse comportamento reservado: o mineiro é desconfiado. Esse seria mais um elemento da mineiridade. Há “um fundo de rejeição ao que não é mineiro, uma preservação da intimidade mais profunda que não é comum na nossa gente brasileira”⁸. A dificuldade maior de Castellinho parece ter sido a de romper a barreira da desconfiança mineira, romper com a imagem de forasteiro. Essa barreira de desconfiança ao mundo externo pode ser interpretada a partir da reflexão sobre a convivência entre tradição e modernidade no processo de amadurecimento e modernização da capital mineira. A desconfiança pode ser vista como um elemento do provincianismo.

Segundo Bomeny, deve-se considerar os limites do provincianismo existente na capital mineira, motivo, talvez, pelo qual a maior parte dos intelectuais tenha saído da cidade para não mais voltar.

Os intelectuais “ao mesmo tempo em que tentavam racionalizar a construção de uma identidade para Belo Horizonte, atribuindo a ela dimensão universalista através da cultura, e efetivamente contribuindo para a criação ali de ambiente intelectual sofisticado, rendiam-se ao Rio de Janeiro como ambiente de liberdade, e a São Paulo como repositório da vanguarda (BOMENY, 1994:62).

Castellinho também tinha, desde sua saída do Piauí, o Rio de Janeiro como horizonte. Sua afirmação de que Minas não era mais o Nordeste, e sim o começo do “sul maravilha” também pode ser compreendida à luz da interpretação de Bomeny. A cidade carregava ainda, naquela época, um lado provinciano, tradicionalista. Era o começo do moderno, mas ainda tinha um caminho longo a percorrer. As oligarquias e elites tradicionais mineiras disputavam também o espaço da cidade. De forma que para aqueles intelectuais, a cidade, com uma modernidade quase restrita aos limites da rua da Bahia, ficou pequena. Ficou pequena também para Castellinho.

Antes de sairmos com Castellinho de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, é preciso tratar de outra herança que o jornalista carregou de Minas Gerais: a influência do liberalismo mineiro, representado aqui pelo pensamento de Milton Campos. É preciso considerar que a convivência de Castellinho na cidade

⁸ *Francelino ou viver em Minas*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 15/03/1979

não se deu somente com os escritores e intelectuais modernistas, mas também com intelectuais, que, embora compartilhassem as mesas dos cafés e bares com poetas e romancistas, embora tenham também flertado com a literatura moderna, construía suas trajetórias num outro sentido, mais ligados à política. É o caso, como veremos, de Milton Campos, intelectual e político que se tornou uma referência para Castellinho.

1.3.

Milton Campos: a influência da constante liberal

Para entender o liberalismo de Milton Campos é preciso conhecer um pouco de sua trajetória. Nasceu quase junto com a capital mineira, em 1900, em Ponte Nova, Minas Gerais. Filho de uma família de políticos e juristas, Milton Campos mudou-se para Belo Horizonte em 1911, para completar seus estudos. Sua primeira aproximação com a política foi o engajamento, ainda garoto, na Campanha Civilista de Rui Barbosa, por quem passou a nutrir grande admiração. A campanha, que promovera a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República em oposição a Hermes da Fonseca, enfatizava a defesa da liberdade e do estado de direito. A ideia era que a presença de um civil no governo, em oposição à presença militar, poderia contribuir para a consolidação da ordem civil no Brasil, com maior participação política efetiva da sociedade, que se veria então livre dos arbítrios militares. Apesar do apoio recebido por uma parcela significativa da sociedade, Rui Barbosa perdeu as eleições para Hermes da Fonseca. As raízes da Campanha Civilista de Rui Barbosa são lembradas por Castellinho como forma de criticar a presença dos militares no governo durante o período autoritário. O jornalista reproduz trecho de um discurso do próprio Rui Barbosa, demonstrando também, assim com Milton Campos, sua admiração pelo político civilista.

O advogado Dario de Almeida Magalhães fez-me chegar as mãos xerox de um trecho de discurso de Rui Barbosa, pronunciado no curso da campanha civilista. Trata-se de tema que, na atual emergência, não pode ser tratado a não ser montado nos ombros daquele grande brasileiro. Eis as suas palavras: "Na paz ou na guerra nada coloca o Exército acima na Nação, nada lhe confere o privilégio de a governar. O Exército não pode ter candidatos. Em um país livre só as opiniões desarmadas têm o direito de pleitear os cargos eletivos. As Forças de terra e mar não existem coletivamente, senão para as funções que o texto constitucional lhes atribui: a defesa da pátria no exterior e a manutenção das leis no interior"⁹

⁹ *Não é válido o bipartidarismo*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 04/06/1978

Talvez tenha sido a palavra de ordem 'liberdade' tão presente na Campanha Civilista que mais tenha chamado atenção do jovem Milton Campos. O problema da liberdade fez parte das suas preocupações durante toda a sua trajetória política e intelectual. A admiração por Rui Barbosa não foi somente um arroubo juvenil. Em conferência pronunciada em homenagem ao jornalista Macedo Soares, no ano de 1953, Campos reitera sua aderência às ideias do político civilista lembrando a sua oposição ao governo de Hermes da Fonseca: “estávamos no governo Hermes, e Rui Barbosa, com a eloquência de sua palavra e a tenacidade de seu idealismo, mantinha em nível alto e temperatura cálida a tradição liberal e democrática da política nacional” (CAMPOS, 1972 [1953]:50). Na mesma conferência, Milton Campos o descreve como “pontífice das ordens libertárias”. Em carta escrita a Paulo Amora, que havia publicado um livro sobre Rui Barbosa, Milton Campos novamente demonstra sua admiração pelo político da Campanha Civilista, valorizando justamente a questão da liberdade:

Essa luta pela liberdade e esse sacrifício pelo ideal são também aspectos da realidade nacional, que ficam como pontos altos em nossa evolução e marcam ainda nossas aspirações para o futuro. São a parte nobre do nosso inconsciente coletivo, e ninguém o exprimiu melhor nem com mais eloquência e vigor do que Rui Barbosa, na sua vida devota à justiça. Não só à justiça como ordenamento jurídico essencial em cada país, mas a justiça como sentimento dos homens uns para com os outros e dever da sociedade para com todos os seus membros, ou seja a justiça social (CAMPOS, 1972 [1965]:213).

Aqui temos um outro tema recorrente no pensamento de Milton Campos: a questão da justiça social. Para ele, não há como dissociar liberdade e justiça social, “esses dois elementos essenciais à plena expansão da pessoa humana” (CAMPOS, 1972 [1953]:50). Também para Alceu Amoroso Lima esses dois elementos são princípios essenciais da vida em sociedade. Quem lembra é José Aparecido de Oliveira, para quem Amoroso Lima observa os ideais de justiça e liberdade “não apenas como direito natural do homem, mas também como condição do progresso social” (OLIVEIRA, 1986:24).

Amoroso Lima foi, como vimos, uma referência intelectual importante para os jovens mineiros da década de 1920, geração com a qual Milton Campos conviveu estreitamente. Em 1918, Campos entrou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, a mesma cursada por Castellinho 17 anos mais tarde, e estabeleceu nesse período sólidos laços de amizade com os intelectuais e

escritores mineiros retratados na segunda seção desse capítulo, tendo tido uma amizade mais próxima especialmente com Emílio Moura, Pedro Nava, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Drummond. Deve-se ressaltar também a proximidade de Milton Campos com políticos como Gustavo Capanema, Francisco Negrão de Lima, Pedro Aleixo, entre outros.

Em 1925, ainda ligado aos intelectuais mineiros e ao exercício da advocacia, Milton Campos começou a trabalhar profissionalmente com o jornalismo, na sucursal de *O Jornal* em Minas Gerais, órgão pertencente aos *Diários Associados*. Chegou a ser diretor do jornal, e na mesma época colaborou também com o *Diário de Minas* e com *A Revista*, publicação modernista idealizada pelo grupo de Drummond. Anos mais tarde, Campos vai integrar, como vimos, a primeira equipe do *Estado de Minas*, jornal no qual Castellinho iniciou sua carreira. Consta também, segundo Werneck (1992), que Milton Campos assinou, junto com Aníbal Machado e outros, um romance publicado no início dos anos 1920 no jornal *O Estado de Minas*, jornal de mesmo nome, mas sem nenhuma relação com o *Estado de Minas* de Chateaubriand. O romance, intitulado *O Capote do Guarda*, tinha contornos decididamente modernistas, e “em termos de renovação estética, nada ficaria a dever ao que então se fazia em São Paulo” (WERNECK, 1992:57). Outro momento importante da relação de Milton Campos com o campo modernista é o lançamento, em 1930, do primeiro livro de Drummond, *Alguma Poesia*, ocasião em que Campos fez um discurso em defesa do modernismo e da antropofagia lançada por Oswald de Andrade anos antes:

Creio que não despertou o entusiasmo patriótico que merecia aquela tribo de antropófagos que surgiu em São Paulo. O programa, que se condensava na conformadora ameaça: “Vamos comer tudo de novo” pareceu-me altamente construtivo. Há muito que comer no Brasil. (...) De então pra cá, quase não se tem comido nada, e o país se ressentiu dessa abstinência. Se cada geração que surgisse viesse disposta a comer gulosamente a precedente, como se teria acelerado a evolução nacional... Antropofagia em todos os sentidos, compreendendo as múltiplas formas de atividade intelectual: letras, ciência, política. Acredito mesmo que na política a antropofagia teria aplicação mais útil do que nas próprias letras, pela maior amplitude do proveito social resultante (CAMPOS, 1972 [1930]:27).

Mas não é por sua incursão na imprensa nem pelos seus escritos literários que Milton Campos ficou conhecido, mas sim por sua atuação política. Fez parte da Aliança Liberal, apoiando Getúlio Vargas e o movimento revolucionário de

1930. Foi eleito, em 1934, deputado da Assembleia Constituinte pelo Partido Progressista (PP), tendo exercido papel importante na formulação da Constituição daquele ano. Em 1937, com o Estado Novo instituído por Vargas e o fechamento das instituições parlamentares, Milton Campos voltou para Minas Gerais, para suas atividades profissionais ligadas a advocacia. Politicamente, se posicionou, assim como Castellinho, contra o regime estado-novista de Vargas, por conta de seu caráter autoritário. A sistemática oposição a Vargas resultou, em 1943, no primeiro pronunciamento público de setores liberais contra o governo, o *Manifesto dos Mineiros*. Até então, a voz de oposição mais presente estava no campo da esquerda. Com o manifesto, a oposição é encorpada por setores das elites políticas. Milton Campos é um dos signatários do documento, tendo ajudado a redigi-lo. Mineiros como Afonso Arinos, Dario de Almeida Magalhães, Pedro Nava, Virgílio de Mello Franco e tantos outros integraram o movimento. O fato ganhou repercussão e foi peça importante na construção de um processo que culminou na abertura política em 1945. Segundo Castellinho, “os principais personagens da história mineira na década de 40 desencadearam, com o *Manifesto dos Mineiros*, a deposição de Getúlio Vargas”¹⁰.

É interessante notar a presença da ideologia da mineiridade no *Manifesto dos Mineiros*. O documento, dirigido aos mineiros, evoca o caráter equilibrado e racional de seu povo: “dirigimo-nos, sobretudo, ao espírito lúcido e tranquilo dos nossos coestaduanos, à sua consciência firme e equilibrada, onde as paixões perdem a incandescência, se amortecem e deixam íntegro o inalterável senso de análise e julgamento” (MANIFESTO, 1943). Outra marca de mineiridade presente no texto é a referência a uma tradicional união do povo mineiro: “num tom de conversação em família - família numerosa, porém unida e solidária -, queremos recordar aos mineiros que o patrimônio moral como o espiritual não sobrevive ao desleixo” (MANIFESTO, 1943). O manifesto faz menção ainda à vocação mineira para a vida pública e sua preocupação maior com o interesse coletivo nacional:

¹⁰ *Minas numa posição de força*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 31/10/1984

devemos orgulhar-nos, por todas as razões, do fato de ser a comunidade mineira no País, por influência dos fatores de ordem histórica e social, aquela onde esse sentimento dos interesses coletivos e essa compreensão do munus cívico, essa indomável e altiva tendência política nunca perderam sua força e constância (MANIFESTO, 1943).

Tal vocação estaria atrelada a uma missão salvacionista de Minas para com o país, tão bem esclarecida por Bomeny, como vimos acima. Uma missão nacionalista em que, supostamente, prevaleceriam os interesses coletivos em detrimento dos interesses locais e individuais.

Ao dar expressão desse modo às aspirações de Minas Gerais, dentro da comunhão brasileira, tivemos presente, acima dos pontos de vista regionais, as coordenadas que enquadram todo o vasto panorama dos anseios e das necessidades do Brasil, e esperamos que idênticos movimentos se processem em todos os demais Estados. Em verdade, Minas não seria fiel a si mesma se abandonasse sua instintiva inclinação para sentir e realizar os interesses fundamentais de toda a Nação (MANIFESTO, 1943).

Outras passagens do manifesto merecem ser destacadas como forma de compreendermos os ideais de democracia que sustentam o movimento dos mineiros. Para começar, a ênfase no tema da liberdade, que no trecho abaixo ganha contornos de uma defesa de liberdade de expressão e liberdade política:

não é suprimindo a liberdade, sufocando o espírito público, cultivando o aulicismo, eliminando a vida política, anulando o cidadão e impedindo-o de colaborar nos negócios e nas deliberações do seu governo que se formam e engrandecem as nações. (...) Um povo reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar é um organismo corroído. (...) Queremos alguma coisa além das franquias fundamentais, do direito de voto e do habeas corpus. Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de garantias constitucionais, que se traduzam em efetiva segurança econômica e bem-estar para todos os brasileiros, não só das capitais, mas de todo o território nacional. (...) Queremos liberdade de pensamento, sobretudo do pensamento político (MANIFESTO, 1943).

Aparece também uma questão de ordem econômica, da necessidade de segurança e bem-estar. Ainda que a valorização da liberdade se sobreponha, como condição primeira ao estabelecimento da democracia, os mineiros demonstram preocupação com a questão da “democratização da economia”, para usar a expressão do próprio manifesto. Reconhecem os avanços econômicos e o progresso material do país, mas lembram que “em outros países, assim como vinha sucedendo no nosso próprio, idênticos resultados foram conseguidos sem o sacrifício dos direitos cívicos, o que demonstra não serem peculiares a formas autoritárias de governo” (MANIFESTO, 1943).

Por último, é importante considerar a visão de que a democracia é o lugar de convergência política, onde todos os homens devem ter a ambição de servir ao país buscando harmonia e o bem comum. O manifesto preconiza que a democracia ali idealizada “não é a mesma do tempo do liberalismo burguês. Não se constitui pela aglomeração de indivíduos de orientação isolada, mas por movimentos de ação convergente” (MANIFESTO, 1943). Todos esses temas do liberalismo do *Manifesto dos Mineiros* serão encontrados, como veremos, nas reflexões de Castellinho sobre a democracia e sobre o Estado, confirmando a afinidade do jornalista com esse tipo de liberalismo “não burguês”.

O movimento iniciado em 1943 com o *Manifesto dos Mineiros* contribuiu também para a formação da União Democrática Nacional (UDN), que nasceu em 1945 como uma frente de partidos e associações contra Getúlio Vargas e o Estado Novo, mas que se converteu, logo em seguida, em partido político. Milton Campos foi um dos fundadores da UDN, partido marcado historicamente por contradições e cisões.

Coexistiram na UDN teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras. O partido que vota a favor do monopólio estatal do petróleo (1953) e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (1947) é o mesmo que se opõe à intervenção do Estado na economia, denuncia a “infiltração comunista” na vida pública e contesta os resultados quando perde as eleições. O partido ficou marcado pela vinculação com os militares e as aspirações das camadas médias urbanas, identificando-se, também extrapartidariamente, com o udenismo. Expressão de mentalidades e estilos de ver e fazer política, o udenismo caracterizou-se pela defesa do liberalismo clássico, o apego ao bacharelismo e ao moralismo e o horror aos vários “populismos” (BENEVIDES, s/d).

Através da UDN, Milton Campos foi eleito deputado da Assembleia Constituinte em 1945, tendo participado diretamente da formulação da Carta de 1946. Esse é um momento importante na trajetória de Milton Campos, sobretudo para a compreensão acerca de seu pensamento político, tendo em vista a recorrência com que o político exalta os termos e princípios daquela constituição, em diversos momentos da história, como, por exemplo, durante a sua participação no regime militar pós-1964, como veremos. Em discurso na Câmara dos Deputados por ocasião dos dez anos da constituição, Milton Campos ressalta o caráter democrático da Carta, em considerações que nos remetem, mais uma vez, a um tipo de liberalismo com espaço para a intervenção do Estado na economia e na organização da sociedade.

Atendo-nos ao seu texto, verificamos que ela assegura a liberdade dos cidadãos e consagra os direitos da pessoa humana em enunciados que não ficaram peremptos ante a Declaração Universal dos Direitos do Homem, lançada dois anos mais tarde pelas Nações Unidas, com a participação do Brasil. Ela institui o regime democrático pela enfática proclamação da soberania do povo e pelas franquias que a este confere. (...) Humaniza a ordem econômica fundando-a nos princípios da Justiça Social e evitando-lhes os perigosos excessos de poder, através da cautelosa intervenção do Estado (CAMPOS, 1972 [1956]:82).

Nesse mesmo discurso, Campos chama atenção, entretanto, para a necessidade de um comportamento político, por parte dos governantes, que assegure a aplicação, na prática, dos termos e princípios da Constituição de 1946. O político udenista mostra-se preocupado com a frequente deturpação da função política por parte de determinados grupos que colocam o seu interesse pessoal acima dos interesses coletivos do país. Para Campos, “a estrutura constitucional pode ser a mais bela e o seu texto pode ser modelar. Se entretanto a boa aplicação não lhes tira os efeitos benéficos da coletividade é que a Constituição falhou ao seu destino. Não será culpa dela, mas dos aplicadores” (CAMPOS, 1972 [1956]:83).

Ainda no ano de 1946, Milton Campos foi eleito governador de Minas Gerais pela UDN com amplo apoio político que incluía o Partido Comunista do Brasil (PCB) e parte do Partido Social Democrático (PSD), partido do candidato concorrente que se encontrava, assim, dividido em torno de duas candidaturas. Ao ser eleito, Milton Campos estabeleceu como compromisso de governo a consolidação das instituições democráticas no estado, de acordo com as definições da Carta de 1946. Seu governo foi notadamente marcado por um comportamento democrático e legalista. Evitou a intervenção de tropas federais contra uma greve de mineiros em Nova Lima; abriu inquérito para apurar responsabilidades de policiais militares no empastelamento do *Jornal do Povo*, órgão comunista editado em Belo Horizonte; e foi contra nomeações políticas para cargos como delegados e diretores de escola. Seu comportamento no governo desagradou alguns udenistas, que se organizaram para exigir do governador uma postura mais partidária. Outros críticos acusaram o governo de Milton Campos de imobilismo, alegando que a postura democrática era incompatível com a realização de uma boa administração. Castellinho defende, anos depois, a atuação de Milton Campos no governo de Minas.

[Milton campos imprimiu] um padrão moral inatacável mas sem farisaísmo. Sua cultura, sua tolerância, sua sensibilidade humana temperavam a conduta de quem era extremamente rigoroso consigo mesmo mas compreensivo em relação aos problemas alheios.¹¹

Depois dessa experiência no governo do estado, Milton Campos voltou a se eleger, ao longo de quase toda a sua carreira, a cargos parlamentares. Disputou duas vezes a vice-presidência da República, sendo derrotado, nas duas oportunidades, por João Goulart, em 1955 e 1960. Castellinho lamenta, anos depois, as derrotas do político udenista:

Foi pena que ele não tivesse sido eleito Vice-Presidente da República em 1955 e sobretudo em 1960. Jânio Quadros, que não tinha afinidades com a UDN e se preocupava com o êxito exclusivo da sua campanha, permitiu que as coisas se passassem daquele jeito, desatento à circunstancia de que seu companheiro de chapa era a figura mais alta da vida pública brasileira de então. (...) Se ele tivesse sido eleito a história dos últimos anos teria sido diferente, com ou sem a renúncia de Jânio Quadros. Milton Campos sabia cumprir o seu dever com eficiência mas sem ostentação e teria realizado em qualquer circunstância um governo 'austero como convém à República e discreto como é do gosto dos mineiros'.¹²

Mas a história foi outra. Milton Campos permaneceu fazendo política, mas quase sempre no Congresso. Presidiu a UDN de 1955 a 1957, tendo sido afastado da presidência do partido por sua atitude pouco combativa frente ao governo de Juscelino Kubitschek. Não era do estilo político de Milton Campos fazer uma oposição ferrenha. Como disse Castellinho certa vez, Milton Campos “não é de ênfases”¹³. Parece mesmo que ele mantinha certa coerência entre o discurso mineiro do equilíbrio e a sua prática política. Mesmo em momentos mais críticos, como o regime militar, não há registro de uma postura mais radicalizada, mais afastada do centro político. Aliás, é exatamente assim que Milton Campos é visto por Amoroso Lima:

Foi um homem do centro, em todos os sentidos. Não apenas geográfico e político. Mas na vida do espírito, sabendo admiravelmente distinguir a virtude suprema do *in medium virtus*, o privilégio dos sábios, do recurso jeitoso, ao meio-termo, como equilíbrio dos de circo na corda bamba dos extremos (AMOROSO LIMA, 1972:57).

Nesse sentido, é possível dizer que Milton Campos talvez tenha sido uma expressão bem acabada da mineiridade característica de sua terra.

¹¹ *A morte de um homem exemplar*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 18/01/1972

¹² *Idem*

¹³ *Medidas da Câmara e da UDN contra Brizola*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 22/03/1963

Em 1964, Campos participou ativamente do movimento político que resultou no golpe militar de 1964. Apesar das convicções democráticas, visíveis em sua trajetória política, o udenista assumiu, frente aos conflitos políticos em torno do governo Jango que culminaram com o golpe, a postura que muitos liberais tiveram na época. Apostaram no golpe militar – para eles, “revolução” – como um recurso político de restituição da ordem social corroída, acreditando que afastando do poder as forças radicais esquerdistas seria possível devolver ao país suas instituições democráticas a partir da convocação, assim que possível, de novas eleições. Um pouco antes do golpe militar, em meio à crise política do governo Goulart, quando se falava na possibilidade de um golpe da esquerda ou da direita, Milton Campos mostrava acreditar numa solução democrática. Quem chama atenção é Castellinho: “perguntaram ao Senador Milton Campos se acredita que, em face do que ocorre hoje no País, haverá eleições. ‘Termina havendo’, respondeu”¹⁴.

Logo no início do regime militar, em abril de 1964, Milton Campos foi nomeado ministro da Justiça pelo então presidente Humberto Castelo Branco. Começou, a pedido do presidente, a trabalhar em uma legislação que tinha como objetivo resguardar a Revolução de seus inimigos e avançar no processo de recuperação do regime democrático. A convocação do político mineiro foi comemorada por Castellinho em coluna sobre a composição dos ministérios do primeiro governo militar.

As escolhas, de resto, foram bem recebidas no Congresso, especialmente a do Sr. Milton Campos, cuja serenidade e compostura asseguram uma linha de equilíbrio e justiça na política interna do novo Governo.¹⁵

A atuação de Milton Campos como ministro foi marcada pela articulação política em torno da manutenção das garantias e direitos estabelecidos na Constituição de 1946, situação que gerou conflito com o então ministro da Guerra, general Costa e Silva. O liberal udenista lutou também pela garantia das eleições diretas em todo o país. As declarações de Milton Campos na época eram bastante otimistas. Ele dizia estar lutando pela criação das condições de sobrevivência da democracia no Brasil. E afirmou que o governo de Castelo Branco queria as eleições como elas devem ser: “limpas, autênticas, democráticas.” Castellinho

¹⁴ *Reage a oposição na área militar: golpe*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 19/02/1964

¹⁵ *Brasília recebe seu quinto Presidente*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 15/04/1964

ressalta ainda um aspecto importante de sua atuação como ministro, a de interceder em favor da liberdade de presos políticos.

O Sr. Milton Campos, desde antes de assumir, vinha sendo assediado por pessoas que intercediam em favor de presos políticos, sobretudo para pedir autorização de visitas. Ontem ainda, autorizou ele o Senador Artur Virgílio a visitar, na Embaixada da Iugoslávia, alguns deputados do PTB ali exilados. (...) Sabe-se, aliás, que o ex-Governador de Minas, ao conversar com o Marechal Castelo Branco, quando este o convidou para o Ministério, alertou-o para o constrangimento que teria no exercício do cargo em momento dominado pelo espírito revolucionário. Solidário com a revolução, disse que não se considera em condições de ser "braço executório" do movimento. Para ele, cada prisão é quase que um drama pessoal.¹⁶

Se é verdade que a favor do golpe existiam políticos, como Campos, que desejavam o restabelecimento da democracia no país, também é verdade que significativa parcela do governo defendia a permanência dos militares no poder central e a realização de eleições indiretas. A pressão para que as reformas fossem feitas no sentido da manutenção do poder militar e do regime vigente cresceu a tal ponto que resultou no pedido de demissão de Milton Campos do Ministério da Justiça, em meados de 1965. Prevendo o endurecimento da orientação do novo regime e o afastamento da "revolução" em relação aos seus princípios democráticos, Campos tomou a decisão de sair do governo, afirmando seu descontentamento com os rumos do "processo revolucionário", atitude valorizada por Castellinho, como veremos adiante. Aliás, o jornalista anteviu a saída de Milton Campos do governo em coluna que alerta para o equívoco de determinadas ações políticas do presidente Castelo Branco.

[O presidente] sabe, contudo, que, em determinadas circunstâncias, deixará de contar, automaticamente, com a colaboração do Sr. Milton Campos, preso ao Governo e ao Marechal por uma comum convicção no que respeita a condução da política do regime.¹⁷

Outro Carlos, o Drummond de Andrade, analisa posteriormente a posição tomada por Milton Campos:

a Revolução pareceu-lhe remédio heroico para males que se agravavam sem saída política visível. Desejava seu coroamento na volta à normalidade democrática, e para isso trabalhou com eficiência nos conselhos do governo. Sentindo que a meta se tornava cada vez mais distante, afastou-se (ANDRADE, 1972).

É interessante pensar que Drummond poderia estar falando de vários

¹⁶ *Os habeas – corpus serão cumpridos*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 18/04/1964

¹⁷ *Em jogo a política de contemporização*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 29/11/1964

outros políticos liberais, que adotaram uma postura parecida frente ao regime militar. Alceu Amoroso Lima não hesita em afirmar que a adesão de Milton Campos ao movimento de 1964 foi de certa forma um equívoco, tendo em vista que seus princípios e valores não encontravam eco no movimento político militar. Alceu diz que foi um alívio vê-lo abandonar o barco, pois

se aceitou participar da Revolução de 1964 é que julgou ser ela realmente uma revolução na liberdade e não uma reação autoritária unilateral. Seu liberalismo não era um anacronismo. Nem uma subordinação aos interesses de uma oligarquia plutocrática. Nem a defesa de uma politicagem minada de vícios eleitorais. Muito menos poderia curvar-se às exigências de uma ordem unida militar e civil com o estado de direito substituído pelo estado de segurança, sob pretexto de desenvolvimento econômico, de deflação financeira e de correção policial à anarquia e às ameaças imaginárias do espantalho comunista (AMOROSO LIMA, 1972).

Talvez tenha havido de fato um erro de cálculo político na avaliação da correlação de forças entre as diversas correntes golpistas e da capacidade de influência que os políticos civis liberais teriam sobre o governo militar, tema que teremos oportunidade de explorar a partir das colunas de Castellinho no terceiro capítulo deste trabalho.

O que nos interessa nesse momento, e por isso julgamos necessário conhecer um pouco da trajetória de Milton Campos, é compreender que tipo de liberalismo está na raiz de seu pensamento, que sem dúvida influenciou o nosso personagem principal. Que modelo de democracia esse liberalismo engendra? Percebemos em diversos de seus textos bem como em seu comportamento político que a concepção de liberalismo de Milton Campos é em aspectos importantes diversa de um liberalismo anglo-saxão, calcado no “laissez-faire”, no individualismo econômico e no Estado mínimo. As preocupações de Milton Campos apontam para a defesa de um liberalismo onde o Estado tem uma função não só regulatória mas organizativa da vida social, assumindo uma posição de maior intervenção.

É importante observar, à luz das considerações acerca da mineiridade feitas na segunda seção deste capítulo, que o liberalismo de Milton Campos é marcado por características mineiras, a começar pelas referências políticas que norteiam seu pensamento. Em um artigo intitulado *A Constante Liberal de Minas Gerais*, Milton Campos deixa clara sua admiração por Bernardo Pereira de

Vasconcelos, exaltando sua capacidade política de equilíbrio e moderação. Segundo Campos, “em sua agitada carreira, Vasconcelos desenvolveu-se como sua própria terra, entre os dois polos em que estão a liberdade e a autoridade; foi liberal quando a autoridade degenerou em despotismo e conservador quando a liberdade se corrompeu em anarquia” (CAMPOS, 1972 [1927]:6). Talvez Milton Campos pudesse explicar o golpe de 1964 sob essa mesma lógica: segundo a visão do jogo mineiro de equilíbrio era necessário, naquele momento, ser mais conservador que liberal. Nesse mesmo artigo, Milton Campos defende, a partir de um apanhado de circunstâncias históricas, que em Minas predominou o liberalismo “não como doutrina ou partido político, mas como índole, temperamento e vocação” (CAMPOS, 1972 [1927]:9).

A mineiridade se faz então presente nos diversos momentos em que Milton Campos chama atenção para a necessidade da posição de equilíbrio e conciliação como condição fundamental para o exercício da democracia e a organização da vida política e social.

Tenhamos a coragem de assumir a posição intermediária, não pela passividade dos que não querem combater, mas pela posição de não eliminar da face da terra valores que, de um e outro lado, se afirmaram nos espíritos e aí deitaram raízes profundas. (...) No diálogo autoridade-liberdade, capital-trabalho, conservação-reforma, inutilmente qualquer desses elementos seria suprimido, porque o restauraria o elemento que sobrevivesse, a fim de que o eterno diálogo pudesse continuar neste mundo de contradições. (...) O meio termo é a barca salvadora que evita os naufrágios (CAMPOS, 1972 [1953]:70).

Convergência, equilíbrio, harmonia, liberdade, justiça social, ordem, intervenção do Estado, democratização da economia e igualdade são os termos mobilizados por Milton Campos na formulação de uma concepção liberal e um modelo democrático. Em diversos discursos, artigos e conferências Campos ressalta que não há ordem democrática sem liberdade. E vai além, afirmando que a garantia da liberdade não sustenta uma organização democrática. “Sem a liberdade, cairemos na opressão política. Sem a igualdade, consolidaremos a opressão econômica. Num e noutro caso, estará esquecida a pessoa humana e a democracia falhará em sua missão” (CAMPOS). Aliás, o tema da liberdade, da igualdade e da justiça social aparece também nas colunas de Castellinho numa acepção muito parecida com essa de Milton Campos. Na visão de Castellinho, a justiça social é a dimensão econômica da liberdade, tema que teremos

oportunidade de desenvolver mais adiante.

Liberdade e igualdade (justiça social, dimensão social da democracia) são os valores fundamentais que os Governos modernos buscam realizar.¹⁸

É importante considerar que Milton Campos não estava sozinho na defesa desse tipo de liberalismo. O seu pensamento é representativo de um campo liberal conservador no Brasil, do qual a UDN foi expressão partidária importante, mas que estava presente também em outras esferas da sociedade. Uma boa parte desse campo político apoiou o golpe de 1964, mas depois se decepcionou com os rumos do governo. A escolha de Milton Campos como sujeito que dá voz, aqui, a esse pensamento liberal, deve-se não só a sua importância dentro desse campo, como principalmente a sua influência sobre as ideias de Castellinho. Como veremos, as referências ao pensamento de Milton Campos são recorrentes e servem de ponto de partida para muitas das análises políticas do jornalista. Em algumas oportunidades, Castellinho afirma sua admiração pelo intelectual, jurista, político e amigo. Na coluna escrita por ocasião de sua morte, em 1972, Castello é categórico ao dizer que Milton Campos foi “a mais viva contribuição de Minas à história republicana”. E complementa:

Dele guardo lembranças inesquecíveis, pois nunca convivi com alguém tão harmonioso nas suas virtudes, tão lúcido nas suas análises, tão incorruptível e ao mesmo tempo tão generoso quanto Milton Campos. Ele foi a maior figura de homem público e de cidadão que eu conheci.¹⁹

Nessa mesma coluna, Castellinho valoriza o apreço do amigo pela democracia.

Poucos políticos no Brasil terão tido tão nítido compromisso democrático quanto Milton Campos, cuja vida pública no entanto transcorreu em grande parte na acomodação de situações anômalas ou em luta pelo prevalecimento de instituições livres.²⁰

Castello ressalta também as características marcantes de sua mineiridade.

A doença já lhe consumia o corpo mas o espírito se mantinha naquele ponto de equilíbrio, eficiência e lucidez que o distinguia da grande maioria dos políticos do seu tempo.²¹

Podemos notar no pensamento de Castellinho grande afinidade não só com

¹⁸ *Ou democracia ou ditadura*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 29/10/1977

¹⁹ *A morte de um homem exemplar*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 18/01/1972

²⁰ *Idem*

²¹ *Idem*

os mineiros, como também com esse campo liberal.

Nenhuma comunidade no Brasil tem sido dominada pelas preocupações políticas como a comunidade mineira e, dentro dessas preocupações, nenhuma outra revelou tamanha fidelidade aos princípios liberais quanto a gente das Minas Gerais.²²

A afinidade de Castellinho com os mineiros e, em especial, com Milton Campos não se dá somente no campo da política. Os dois tornaram-se amigos por compartilhar outras aventuras: a paixão pela literatura, o jornalismo, as conversas nos cafés da rua da Bahia. Mas certamente a fábula da 'constante liberal' teve papel fundamental na formação do pensamento do nosso colunista político.

²² *Um episódio que não dá para repetir*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 19/05/1974